A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EQUIDADE

VANESSA SILVA DE BARROS

RESUMO
O objetivo deste estudo de referência é analisar a relevância da justiça na educação inclusiva em conformidade com os princípios dos direitos humanos. A educação inclusiva tem como meta assegurar paridade nas oportunidades educacionais para todos os estudantes, sem levar em conta suas particularidades individuais ou necessidades especiais. Além disso, está em harmonia com os princípios e direitos essenciais estipulados pelos tratados internacionais de direitos humanos. A pesquisa explora a literatura existente sobre equidade na educação inclusiva, enfatizando a importância de um ambiente educativo que reconheça e aprecie a diversidade. A equidade na educação inclusiva trata da distribuição justa de recursos, suporte e chances para que todos os alunos tenham acesso a uma educação de excelência. Isso envolve superar os obstáculos sociais, culturais e econômicos que podem restringir a entrada e a participação plena dos alunos na escola. Adicionalmente, o estudo investiga a conexão entre a educação inclusiva e os direitos humanos. A educação é um direito fundamental de todos os cidadãos, como estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras convenções internacionais. A educação inclusiva desempenha um papel crucial na promoção da dignidade, igualdade, respeito e não discriminação. Por último, o estudo ressalta a importância de garantir que a educação inclusiva seja tratada de maneira abrangente, integral e embasada em direitos humanos. A equidade na educação inclusiva não é apenas uma questão ligada à educação, mas também uma questão de equidade social e direitos essenciais. É crucial que os governos, as instituições de ensino e a sociedade em geral reconheçam e deem prioridade à equidade na educação inclusiva, visando fomentar uma sociedade mais inclusiva, igualitária e respeitadora dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Educação Inclusiva; Justiça.

INTRODUÇÃO

A equidade na educação inclusiva, em conformidade com os direitos humanos, emerge como um tema cada vez mais relevante no cenário educacional contemporâneo. O anseio por uma educação que fomente a equidade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou necessidades especiais, está estreitamente ligado aos princípios e direitos fundamentais consagrados pelos acordos internacionais de direitos humanos.

A educação inclusiva se fundamenta na ideia de que cada aluno tem o direito inalienável de receber uma educação de excelência, em ambientes que celebrem e enalteçam a diversidade. Ela transcende a simples integração de estudantes com deficiência em salas de aula convencionais, buscando instaurar um ambiente educativo inclusivo, onde todos os alunos possam participar ativamente da vida escolar e atingir todo seu potencial acadêmico e social.

Nesse contexto, a equidade assume um papel crucial na educação inclusiva. A equidade se refere à distribuição justa de recursos, apoio e oportunidades, com o intuito de garantir que todos os alunos desfrutem das mesmas condições para uma educação de qualidade. Isso implica em superar as disparidades sociais, culturais e econômicas que podem restringir o acesso e a participação plena dos alunos na escola.

Além disso, a equidade na educação inclusiva está estreitamente entrelaçada com os direitos humanos. A educação é um direito fundamental de cada indivíduo, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros tratados internacionais. A educação inclusiva desempenha um papel vital na promoção da dignidade, igualdade, respeito e não discriminação.

Nesse ínterim, este artigo bibliográfico tem como desígnio examinar a importância da equidade na educação inclusiva em consonância com os direitos humanos. Por meio de uma revisão minuciosa da literatura existente, serão analisadas as estratégias, práti-

cas e abordagens que podem contribuir para fomentar a equidade na educação inclusiva. Serão discutidos os obstáculos enfrentados na implementação da equidade na educação inclusiva, tais como a necessidade de políticas inclusivas, o aprimoramento docente, a adaptação do currículo e o cultivo de ambientes escolares acolhedores e inclusivos. Também serão exploradas as melhores práticas e estratégias para alcançar a equidade na educação inclusiva, incluindo a promoção da participação ativa dos alunos, o estabelecimento de parcerias com a comunidade e a implementação de medidas de apoio específicas.

De acordo com Ainscow, estamos diante de uma abordagem otimista da educação especial, sob os descritores de necessidades educacionais, adaptação do currículo, avaliação e integração. Nessa perspectiva, qualquer aluno pode ter dificuldades de aprendizagem em um momento ou outro de sua escolaridade, decorrentes da interação entre suas características pessoais e o currículo escolar, de modo que tanto os professores quanto os sistemas de apoio devem estar disponíveis para todos os alunos, enquanto os próprios professores também precisarão de apoio para poder assumir a responsabilidade por todos os alunos.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Hoje podemos falar sem preconceito de uma educação para todos, rica em valores, aberta a todas as opções, enriquecida com o máximo de oportunidades, possibilidades, estratégias e recursos, de acordo com cada uma das necessidades educativas especiais. O conceito clássico de educação especial é ampliado e diversificado e se materializa em apoios e adaptações, a fim de garantir que todos os alunos se sintam incluídos no sistema educacional.

A inclusão que defendemos vai além do especial e da integração escolar, pois não implica segregação, mas acolhimento incondicional a qualquer aluno em qualquer uma das situações mais ou menos especiais em que ele possa se encontrar. Tudo isso está de acordo com a filosofia da reforma do sistema educacional, na qual a integração escolar não é mais contemplada, mas a atenção à diversidade como um valor em si e enriquecedor para o todo.

A abordagem da inclusão do ponto de vista curricular insiste na possibilidade de que qualquer criança possa ter dificuldades na escola, que essas dificuldades educacionais possam sugerir meios de melhorar a prática docente e que tais mudanças permitam oferecer melhores condições de aprendizagem a todos os alunos. Por fim, os professores devem ser os que devem ter apoio quando tentam realizar uma prática inclusiva.

Nessa perspectiva, todos os professores e alunos estão diretamente envolvidos no processo educativo, por meio da colaboração, participação e responsabilidade, investigando e buscando novas formas de ação que levem em conta a individualidade dos alunos.

Na verdade, a situação nas escolas de hoje não deixa margem para dúvidas em termos de enfrentar a situação em toda a sua dureza, defendendo a inclusão total apesar da dificuldade.

A escola se sente impotente para responder às novas necessidades educacionais especiais que os alunos apresentam. Tem de enfrentar uma situação sem precedentes devido à presença de alunos deficientes e sobredotados, alunos autistas, com problemas de aprendizagem e de comportamento, crianças hospitalizadas, vítimas de maus-tratos, abusos sexuais, exploração, guerras e a situação económica, política e social que vivemos atualmente.

A ESCOLA E A INCLUSÃO

A escola é diluída se não estiver aberta à colaboração com pais, instituições e comunidade, uma vez que é necessária uma colaboração comprometida ao longo de todo o processo de vida. Inclui desde os cuidados iniciais aos estudos escolares e universitários, da formação profissional ao emprego, do lazer e do tempo livre à acessibilidade à habitação, à mobilidade e à integração social em geral. É importante abrir a escola à comunidade e articular-se com a família, a escola, o trabalho e as esferas sociais (Ortiz, 1996, 1997).

Atualmente são muitas as vozes que se levantam a favor de uma renovação da escola, de uma mudança na sua concepção, para que seja mais democrática, mais eficaz, mais

abrangente, que inclua todos os alunos, mesmo que sejam de alguma forma diferentes; isto é, uma escola inclusiva.
Esta é a situação em que nos encontramos. E certamente uma proposta útil para o futuro seria investigar essa prática inovadora, juntamente com a mudança de atitudes e a formação de professores em educação inclusiva (Ainscow, 1995; Wang, 1995).
Mas a inclusão é mais do que apenas uma linha de pesquisa que se abre, do que uma simples adaptação do currículo e até mesmo de uma filosofia. A inclusão é antes um juízo de valor, é uma forma de melhorar a qualidade de vida, na qual a educação pode desempenhar um papel primordial ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todos os que voltam.
Trata-se de dar opções, de acolher, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola para todos, uma escola inclusiva.
A inclusão, em suma, implica um compromisso comum com os objetivos da educação, uma responsabilidade dentro da sociedade atual.
Em termos gerais, a educação inclusiva busca acolher a todos, comprometendo-se a fazer o que for necessário para proporcionar a todos os alunos da comunidade – e a todos os cidadãos de uma democracia – o direito inalienável de pertencer a um grupo, não de ser excluído (Ferguson, 1995). O que está em oferta é um modo de vida em que todos os que chegam são bem-vindos. A partir de tal atitude, de tal sistema de valores, o crescente movimento para construir escolas inclusivas é moldado.

ESCOLAS INCLUSIVAS

As escolas que poderíamos chamar de inclusivas são as mais eficazes quando se trata de ensinar solidariedade entre todos os alunos, tenham ou não necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a responsabilidade recai sobre os professores, bem como sobre os alunos, bem como sobre os pais, que terão que considerar a melhor maneira de desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema comum, para o qual, mudanças substanciais devem ser introduzidas na escola tradicional.
Nesse sentido, Ainscow (1995) propõe uma série de condições que as escolas inclusivas devem atender, tais como: liderança efetiva que pode ser estendida a toda a escola; o compromisso de professores, alunos e comunidade na política escolar; um compromisso com estratégias colaborativas de planejamento e coordenação; atenção aos potenciais benefícios do questionamento e da reflexão, e uma política de desenvolvimento profissional docente.
As escolas inclusivas têm uma ênfase especial na responsabilidade compartilhada, no respeito mútuo e na interdependência. Desta forma, a responsabilidade recai sobre o pessoal da escola, que deve fornecer os meios necessários para acomodar as necessidades dos alunos. Além disso, profissionais, pais e alunos precisam considerar como desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema convencional.
Dessa forma, as escolas inclusivas têm um senso de coesão comunitária aberto às diferenças e responde às necessidades educacionais especiais, valorizando a diversidade na medida em que fortalece a classe e oferece a todos os membros maiores oportunidades de aprendizagem.
O modelo de mudança promovido pelas escolas inclusivas constitui um processo de inovação educacional, uma vez que visa reconstruir a escola a partir da própria instituição, com a participação democrática de todos os membros da comunidade educativa: pais, professores e alunos, buscando apoio mútuo, tenham ou não necessidades especiais.
Nessa linha, autores como Fuchs e Fuchs (1994) propõem algumas estratégias que respondem claramente à conceituação de educação inclusiva, tais como: o compromisso dos professores com uma filosofia inclusiva, a formação em educação ordinária e especializada, a reconversão de centros específicos, a localização da escola em cada comunidade e a coordenação da rede de apoio no nível individual.
Em suma, as características mais importantes de uma escola inclusiva são o senso de comunidade, a aceitação das diferenças e a resposta às necessidades individuais. A que se somam as mudanças na filosofia, currícu-

lo, estratégias de ensino e estrutura organizacional da escola.
Em geral, poderíamos dizer que as condições da sala de aula inclusiva são: a existência de pessoal de apoio, a colaboração entre os alunos e a introdução de novas estratégias de ensino-aprendizagem. E, acima de tudo, apoio emocional e compreensão para aqueles que se sentem diferentes, frustrados ou marginalizados, aqueles que claramente imploram para serem acolhidos.
Trata-se de oferecer opções, de acomodar, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola para todos, uma escola em movimento, uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola integral, uma escola inclusiva (García 1999), que propõe a integração dinâmica dos alunos com necessidades educacionais especiais a partir de uma profusão de apoio, adaptação do currículo, comprometimento e liderança dos profissionais, avaliação contínua, uma organização flexível que favoreça a comunicação, a coordenação e a mudança estrutural em geral, uma vez que deve estar inserido na comunidade.
O que se pretende atualmente é atender à diversidade e responder às novas questões que se levantam na sociedade plural e multicultural de hoje, necessitada de compreensão, flexibilidade, apoio e solidariedade.

QUESTÕES NOVAS E DESAFIADORAS
É totalmente previsível que o desenvolvimento de escolas e salas de aula inclusivas levante questões novas e desafiadoras à medida que forem implementadas, por exemplo:

- Qual deve ser o currículo de uma escola inclusiva?
- Como o currículo pode ser adaptado às necessidades?
- Quais sistemas de avaliação e promoção são mais bem-sucedidos?

Na tentativa de dar algumas respostas a essas perguntas, fornecemos algumas notas comuns que se repetem insistentemente na revisão feita sobre o tema da educação inclusiva, e que nos permite oferecer as seguintes categorias:

-Colaboração
A colaboração e a cooperação são suportes naturais para a educação multicultural e também para a educação especial. É necessário conectar a família, a escola e a comunidade para melhorar a educação em geral. O modelo de sala de aula inclusiva seria aquele em que o ensino e a aprendizagem são realizados em equipe, todos juntos, com os alunos colaborando e integrando a equipe de apoio na sala de aula inclusiva.
-Organização
É o ponto de partida para tentar tirar o melhor proveito dos espaços inclusivos. A organização de espaços adequados, horários, serviços de apoio e ajuda para os alunos dentro da sala de aula inclusiva deve ser considerada.
- Estratégias de ensino
A aprendizagem cooperativa promove a interdependência entre alunos com habilidades muito diferentes. A inter-relação entre pequenos grupos e a promoção do pensamento crítico é importante. Eles aprendem melhor trabalhando com colegas.
- Características específicas do corpo discente
Em relação às diferentes categorias, é necessário considerar tanto a superdotação quanto o retardo mental. Mas fundamentalmente a consideração dos alunos com problemas de aprendizagem e comportamento, tanto nas realizações acadêmicas quanto sociais.
Deve ser tida em conta a dimensão social e emocional das dificuldades de aprendizagem, bem como a conveniência de promover um ambiente criativo para esses alunos
-Currículo
Em termos gerais, promove-se um currículo adaptado às necessidades educativas espaciais, que inclui a revisão dos elementos do currículo (objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação) e dos elementos de acesso ao currículo (pessoal e material). O desenho do currículo para a sala de aula de educação geral deve ser adaptado para tentar promover comunidades inclusivas, favorecendo a autoestima e a sensibilidade na sala de aula inclusiva. Ele será projetado de forma a permitir que os alunos reconheçam seus próprios atributos positivos e respeitem as características individuais dos outros. Desta

forma, a autoestima de cada um e a cooperação entre todos serão reforçadas. No currículo, os objetivos de justiça social devem ser definidos dentro e fora dos muros da sala de aula.
-Corpo docente

É preciso levar em conta a formação dos professores para a inovação escolar, para ingressar em uma nova comunidade escolar, na qual todos os alunos convivam e na qual se espera que aprendam. Os professores precisarão de ajuda para administrar uma sala de aula inclusiva. Seu programa de treinamento deve incluir a aquisição de conhecimentos e habilidades em:
- Habilidades para trabalho em equipe e relacionamentos pessoais,
- Estratégias de aprendizagem cooperativa,
- Fundamentos da educação para alunos com necessidades especiais,
- Como aprendem os alunos com necessidades educacionais especiais associadas a déficits cognitivos, motores, sensoriais, etc.,
- Capacidade de avaliar, planear e intervir,
- Capacidade de colaborar com os pais,
- Competência para desenvolver uma educação individualizada.

Em geral, as condições da sala de aula inclusiva são a existência de pessoal de apoio, a colaboração entre os alunos e a introdução de novas estratégias de ensino-aprendizagem.
A escola atualmente é reconhecida como uma instituição que se destaca por seu papel na transformação social, realizada por meio da inclusão e do oferecimento de oportunidades educacionais. Ela promove amplas discussões com o intuito de proporcionar mudanças efetivas que atendam às necessidades educativas especiais, favorecendo a inserção dos deficientes na sociedade em diversos aspectos, sejam eles econômicos, sociais ou educacionais, promovendo, assim, a inclusão.
A escola inclusiva para crianças com necessidades especiais envolve a identificação dessas necessidades e a remoção de barreiras, o que requer a coleta contínua de informações valiosas para apoiar o progresso dos alunos e estabelecer metas nesse sentido.
Além disso, a inclusão pressupõe uma maior colaboração entre a família e a escola, bem como entre a escola e a comunidade, todos buscando oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças com necessidades especiais. Uma educação inclusiva de qualidade é baseada no direito de todos os alunos receberem uma educação que atenda às suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas.
Ao focar nos grupos marginalizados e vulneráveis, a educação inclusiva de qualidade busca desenvolver todo o potencial de cada indivíduo, com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação e promover a coesão social.
Durante muito tempo, a criança com deficiência foi associada à incapacidade, limitação e doença, o que se solidificou, embora a deficiência seja apenas uma característica biológica. Isso levou a ações de adaptação do indivíduo à sociedade, sem, no entanto, buscar transformações sociais que eliminassem as barreiras estruturais e humanas impostas às pessoas com deficiência, impedindo que suas limitações se transformassem em novas oportunidades. Isso resultou na relutância da sociedade em aceitar esses alunos, levando à discriminação e dificultando sua acessibilidade e validação de direitos.
Diante desses desafios, é crucial que os professores valorizem os fatores responsáveis e as características das deficiências, bem como empreguem metodologias específicas para os alunos com necessidades especiais, superando as barreiras por meio do respeito, acolhimento e apoio às famílias dos educandos com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar constitui um conjunto de ações e medidas que combatem a exclusão dos benefícios da vida em sociedade, decorrente de disparidades de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência, expressão de fé ou preconceitos raciais.
No entanto, a integração não deve ser considerada apenas como uma questão pessoal a ser resolvida dentro das estruturas do sistema, onde já deveria estar presente. A inclusão social, por sua vez, é uma ferramenta empregada para forjar uma nova ordem social, por meio de mudanças nos ambientes

físicos (espaços internos e externos, equipamentos, dispositivos e móveis, e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, incluindo os próprios indivíduos com necessidades especiais.

A inclusão escolar oferece ao ser humano novos saberes, com novas técnicas e abordagens para a construção da existência material, dando origem a novas comunidades, culturas e modos de trabalho. Entretanto, para alcançar seus objetivos e garantir o acesso de todas as crianças com deficiências especiais, a escola necessita passar por revisões em seus propósitos, conteúdos e práticas, valorizando as diversidades, uma vez que o preconceito e a discriminação dificultam a integração dos alunos com necessidades especiais nas escolas convencionais.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (1995). Necessidades educacionais em sala de aula. Guia para formação de professores. Narcea.

AINSCOW, M. (1999). Alcançando todos os alunos: alguns desafios e oportunidades. Siglo Cero, 30(1), 181, 37-49.

ARNAIZ, P. (1996). As escolas são para todos. Siglo Cero, 27(2), 16, 25-34.

ARNÁIZ, P. & ORTIZ, M. C. (1997). O direito à educação inclusiva. Em A. Sánchez e J. A. Torres (Coords.), Educación Especial I. Uma perspectiva curricular, organizacional e profissional (pp. 191-207). Pirâmide.

GARCÍA, C. (1999). Diversidade e inclusão. Em A. Sánchez Palomino et al., Os desafios da educação especial no limiar do século XXI. Actas de las XVI Jornadas Nacionales de Universidades y Educación Especial (pp. 11-31). Universidade de Almería.

MEC-UNESCO. (1995). Relatório Final. Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Acesso e qualidade.

O'BRIEN, J., FOREST, M., SNOW, J. e PEARPOINT, J. (1989). Ação para inclusão. Como melhorar as escolas acolhendo crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares. A Imprensa do Frontier College.

ORTIZ, M. C. (1996). Das necessidades educacionais especiais à inclusão. Siglo Cero, 27(2), 164, 5-13.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Educação Especial: Acesso e Qualidade.